



Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 92 29/01/2016

1. Governo prorroga o pagamento da dívida dos produtores do Semiárido.

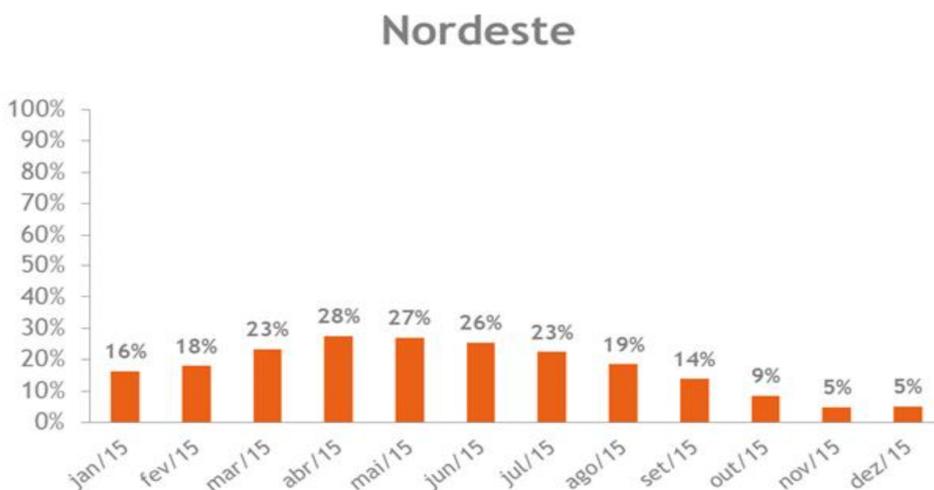
Os produtores rurais da região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) reivindicavam a prorrogação do prazo para o pagamento das dívidas, por sofrerem com os efeitos de mais um ano de estiagem. Após estudos técnicos realizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Governo Federal prorrogou, até 31/12/2016, o pagamento das dívidas dos produtores rurais, da região e suspendeu a inscrição desses produtores na Dívida Ativa da União.

Essa determinação consta da Medida Provisória nº 707, publicada no Diário Oficial da União, em 31 de dezembro de 2015, que alterou a Lei nº 12.096, de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de julho de 2013. Com isso, foi suspenso por um ano o encaminhamento das operações de crédito rural para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial dos produtores. Tem-se, ainda, que o prazo para formalização das operações de refinanciamento vai até 30 de junho de 2016. A MP nº 707 não concede perdão de débitos, mas sim a ampliação do prazo para quitação – condição exigida para que os produtores recuperem a capacidade de pagamento.

2. Reservatórios do Norte tiveram melhora no mês presente.

Os reservatórios de usinas hidrelétricas fecharam o ano de 2015 com níveis bem abaixo da capacidade total de armazenamento. A situação mais grave é observada no Nordeste, que, no total, contava com somente 5% de sua capacidade (**Figura 1**).

Figura 1 – Nível dos reservatórios.



Fonte: ONS

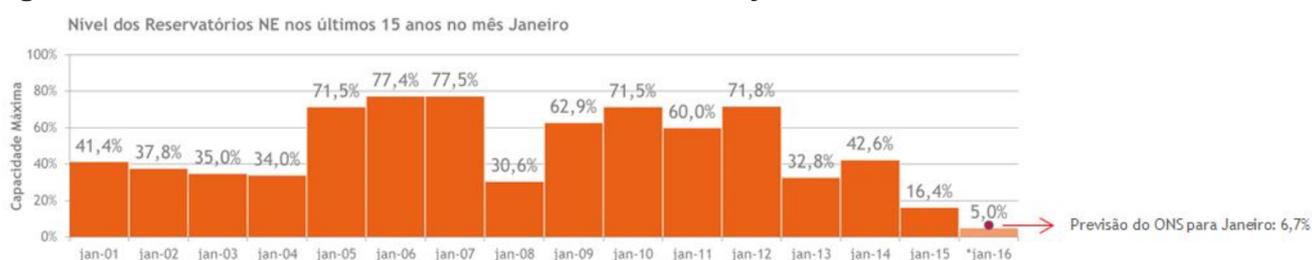
Obs: No mês de dezembro considerou-se informações até o dia 28.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

O ano de 2016 inicia-se com os níveis dos reservatórios mais baixos, em uma década e meia, para o período. Observe a Figura 2, abaixo. As barragens do Rio São Francisco começaram este ano com números preocupantes. O valor mais alarmante foi o do terceiro maior lago artificial do mundo: a barragem da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (BA). O reservatório iniciou o ano com, praticamente, 2% de seu volume útil.

Figura 2 – Histórico dos reservatórios do Nordeste, em janeiro, nos últimos 15 anos.



Fonte: Operador Nacional do Sistema (ONS)

*Dados até 04/01/16

No dia 04/01/2016, a vazão da barragem de Sobradinho mostrou uma média de 970 m³/seg de água. A pior marca para o mesmo mês desde que iniciaram as medições. Diante desse cenário, autoridades do setor de abastecimento de água e do ambiental decidiram diminuir a vazão da represa para 800 m³/seg de água. Tomou-se a decisão durante reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A diminuição da vazão foi de forma gradual: na primeira semana reduziu-se para 850m³/segundo e a partir do dia 14 a barragem passou a trabalhar com 800m³/seg. Só para ilustrar, a vazão considerada mínima em uma situação normal é de 1.300 m³/seg, para esse rio. Foi, também, autorizada a redução da vazão da barragem de Três Marias, de 350m³/seg para 300m³/seg.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a baixa dos reservatórios não tem relação com as obras de transposição do Rio São Francisco. Como ainda não foram concluídas, as obras têm captado água para testes em estações de bombeamento. Quando ocorrer a transposição, esta desviará, apenas, 2% da vazão do Rio, o que não deverá comprometer seu fluxo, conforme a avaliação da ANA. Seu representante afirma que a baixa dos reservatórios está relacionada com estes quatro anos de estiagem, em que o volume de água que sai do São Francisco é maior do que a quantidade que entra.

A previsão do Operador Nacional do Sistema (ONS), para 2016, indica recuperação do nível dos reservatórios ao fim de janeiro, para o Nordeste, devido às chuvas que têm ocorrido na cabeceira do reservatório de Três Marias, localizado na região Sudeste. Mas não é só Três Marias que tem se recuperado. Em questão de uma semana, os reservatórios das principais bacias da Região, praticamente, dobraram de volume. Observe as Tabelas 1 e 2, a seguir.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

Tabela 1: Situação dos Reservatórios. Nordeste em 18/01/2016 = 6,67% da capacidade.

Principais Bacias	Principais Reservatórios	Situação Atual
Rio São Francisco	96,86% da região	
	Sobradinho (58,20% da região)	2,49%
	Três Marias (31,02% da região)	9,78%
	Itaparica (6,62% da região)	17,9%
Outras	(3,14% da região)	

Fonte: ONS

Tabela 2: Situação dos Reservatórios. Nordeste em 25/01/2016 = 12,83% da capacidade.

Principais Bacias	Principais Reservatórios	Situação Atual
Rio São Francisco	96,86% da região	
	Sobradinho (58,20% da região)	5,41%
	Três Marias (31,02% da região)	18,29%
	Itaparica (6,62% da região)	39,57%
Outras	(3,14% da região)	

Fonte: ONS

Consoante o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, o fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS) atingiu seu auge em dezembro de 2015, mantendo-se na categoria muito forte no trimestre outubro–novembro–dezembro. E entrou em declínio em janeiro. A maioria dos modelos numéricos de previsão de temperatura da superfície do mar indica um declínio gradual da fase quente do fenômeno ENOS até meados de 2016. Por isso, em janeiro de 2016, houve mudança significativa da circulação atmosférica e dos padrões de temperatura e precipitação, com a diminuição das temperaturas e aumento da pluviosidade. Janeiro marca o início do retorno da chuva na faixa norte do Nordeste, entre a Paraíba e o norte do Maranhão. Mas em anos normais, o período chuvoso, com chuva frequente, ocorre de fevereiro a maio.

3. Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco

O Senado Federal aprovou e encaminhou para a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 86/2015, que estabelece normas gerais para a revitalização da bacia do Rio São Francisco. Ele propõe a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e institui princípios, objetivos e ações prioritárias. A relatora do Projeto destacou que os rios do país estão ameaçados, em maior ou menor grau, e devem ter um plano de revitalização. Além disso, a degradação do rio São Francisco ameaça a própria existência da bacia hidrográfica.

O Senado aprovou, também, o PLS nº 429/2015, que altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. O intuito é aumentar, em três pontos percentuais, a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamentos hidroelétricos na bacia do rio São Francisco e destinar o aumento à sua revitalização.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

4. Ações de convívio com a seca.

O Governo Federal intensificou a gestão e a aplicação de políticas públicas para amenizar o impacto das perdas econômicas e sociais nas áreas atingidas pela seca e melhorar a vida do sertanejo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre 2011 e 2015, foram entregues 158 mil unidades de captação e armazenagem de água para produção. Só em 2015 foram entregues 53,5 mil unidades para armazenamento de água da chuva para produção, com capacidade de, no mínimo, 52 mil litros de água cada. Também, no ano passado, foram construídas 125,7 mil novas cisternas para suprir necessidades básicas de uma família de até cinco pessoas, por oito meses.

Conforme o MDS, neste ano, a parceria do Ministério com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) vai construir 5 mil cisternas para captação de água da chuva em escolas públicas, a partir de uma tecnologia considerada simples e barata, a cisterna de placa. No ano passado, foram construídas 1,7 mil cisternas nas escolas rurais do Semiárido, com investimento de R\$ 23 milhões no programa Cisternas nas Escolas. O investimento total na ação é de R\$ 69 milhões. Serão 255 municípios beneficiados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Cada cisterna custa, em média, R\$ 13 mil. A construção dos reservatórios envolve pais e funcionários das escolas. Antes da construção, todos aprendem como armazenar e tratar a água. Durante a capacitação, também são abordados temas como higiene, segurança alimentar e nutricional e como conviver com a seca.

Já o Ministério da Integração (MI) investiu em outras obras hídricas estruturantes e em ações emergenciais. Entre as obras hídricas estruturantes estão o Cinturão das Águas (CE), a Vertente Litorânea Paraibana (PB), o Canal do Sertão Alagoano (AL), a Adutora Pajeú (PE e PB), a Adutora do Agreste (PE), a Barragem de Ingazeiras (PE) e a Barragem de Oiticica (RN). Com relação às ações emergências o foco foi: Operação Carro-Pipa Federal, abastecimento em áreas urbanas e perfuração de poços.